GMNE - Saída:2603
Data:13-05-2021

REPÚBLICA PORTUGUESA

GABINETE DO MINISTRO DE ESTADO E DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

Exma. Senhora
Dra. Catarina Gamboa
Chefe do Gabinete de S. Exa. o
Secretário de Estado dos Assuntos Parlamentares

Assunto: Resposta à Pergunta Parlamentar n.º 1705/XIV/2.ª, de 30 de março de 2021, apresentada pelos Senhores Deputados Clara Marques Mendes, Isabel Meireles, António Cunha, Paulo Moniz, Luís Leite Ramos, Duarte Marques, Catarina Rocha Ferreira, Ana Miguel dos Santos, Carlos Alberto Gonçalves, Carla Borges, Maria Gabriela Fonseca e Paulo Neves, do Grupo Parlamentar do PSD.

Cara Catarina

Encarrega-me o Senhor Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros de, em resposta à pergunta parlamentar em epígrafe, levar ao conhecimento de V. Exa. os seguintes esclarecimentos:

O conflito em Cabo Delgado tem sido, desde a primeira hora, objeto de um acompanhamento cuidado e contínuo por parte do Governo Português.

Do ponto de vista da resposta humanitária, a coordenação é levada a cabo pelas Nações Unidas, com as quais o Governo português e a Embaixada em Maputo mantêm estreito contacto, e bem assim, com as autoridades moçambicanas e a União Europeia, de modo a identificar rápida e eficazmente as necessidades a suprir e a assistência a prestar. Portugal tem mobilizado recursos financeiros significativos, quer em termos bilaterais, quer numa perspetiva multilateral.

No quadro bilateral, a coordenação das ações nacionais decorre no quadro da Estratégia Operacional de Ajuda Humanitária de Emergência, articulando a ação dos organismos públicos portugueses que atuam no domínio humanitário – nomeadamente, o Camões – Instituto da Cooperação e da Língua I.P. (CICL), a Proteção Civil (ANEPC), a Saúde (DGS e INEM), a Defesa (DGPDN) e a Segurança Social (MTSS) – e das ONGD, tendo por base um diálogo regular através da Plataforma Portuguesa das ONGD.

Neste momento, estão a atuar no terreno, com o apoio do CICL, duas ONGD portuguesas, a Oikos e a Helpo, nas áreas da educação e assistência alimentar. Encontram-se igualmente disponíveis dois mecanismos de financiamento no quadro da resposta a esta crise – a saber, um concurso para projetos de ajuda humanitária de ONGD, com uma dotação total de 420 mil euros e o Instrumento

Gabinete do Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros
Palácio das Necessidades, Largo do Rilvas, 1399-030 Lisboa, PORTUGAL
Tel.: 351 213946000. E-email: gabinete.ministro@mne.gov.pt
WWW.portugal.gov.pt

de Resposta Rápida para Ações de Emergência, no valor de 250 mil euros, o qual foi acionado a 12 de abril.

Portugal efetuou também uma contribuição financeira de 10 mil euros à diocese de Pemba para apoio a cerca de 300 famílias deslocadas (aproximadamente 1.800 pessoas) na região norte de Cabo Delgado, providenciando assim uma resposta de emergência na área da segurança alimentar por forma a garantir a sobrevivência e dignidade destas famílias. No âmbito do Plano de Ação na resposta sanitária à COVID-19, Portugal concedeu 250 mil euros para apoio às infraestruturas de saúde na província de Nampula, particularmente utilizadas pelas populações deslocadas naquela província.

Ao nível multilateral, Portugal tem advogado o reforço dos programas existentes e de uma estreita cooperação da UE com outros atores, em particular o Escritório das Nações Unidas para a Coordenação de Assuntos Humanitários (UN OCHA) e o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR). Nessa senda, efetuou um conjunto de contribuições voluntárias no final de 2020, num total de 190.000 EUR, destinadas a apoiar os esforços das Nações Unidas (OCHA e ACNUR) e da Cruz Vermelha Internacional em Moçambique. As Nações Unidas, por seu lado, alocaram também 7 milhões de euros do Fundo Central de Resposta de Emergência (CERF), fundo para o qual Portugal contribui desde a sua criação, em 2006.

Simultaneamente, a componente de desenvolvimento tem sido uma dimensão-chave do diálogo e da ação com as autoridades moçambicanas. No quadro do Programa Estratégico de Cooperação (PEC) que enquadra a cooperação de Portugal com Moçambique, a cooperação bilateral é instrumental para concretizar os compromissos assumidos e para o estreitamento e densificação do relacionamento bilateral, através da implementação de um conjunto de programas, projetos e ações concretas e estruturantes, que vão ao encontro das prioridades identificadas por Moçambique e através dos quais se pretende contribuir para o desenvolvimento e progresso do país.

Moçambique enfrenta uma tripla ameaça, assente no conflito em curso em Cabo Delgado, nas alterações climáticas e na pandemia COVID-19. Assim, e por forma a responder às necessidades imediatas dos mais vulneráveis, Portugal tem procurado favorecer soluções sustentáveis que envolvam um conjunto alargado de parceiros, incluindo as ONGD portuguesas, parceiros locais e organizações multilaterais.

Dadas as raízes complexas da atual situação de conflito em Cabo Delgado, as quais radicam também na escassez de oportunidades de desenvolvimento social e de perspetivas de um emprego e vida dignas para a maioria da população, sobretudo a mais jovem, o CICL encontra-se a implementar, desde o início do corrente ano, o projeto de cooperação delegada da UE "+EMPREGO" (com um orçamento total de 4,2 milhões de euros para 4 anos).

Este projeto visa melhorar as oportunidades económicas da população de Cabo Delgado, em particular da sua população jovem, contribuindo para a melhoria do acesso ao trabalho decente e do rendimento em atividades direta ou indiretamente relacionadas com a indústria do gás natural. O projeto tem por objetivo direto a qualificação e a criação de emprego, incluindo o autoemprego, de cerca de 1.000 jovens, sobretudo do distrito de Palma. Iniciar-se-ão neste mês de abril as ações de formação direcionadas a este grupo, o qual integrará jovens deslocados.

Numa perspetiva político-diplomática, a situação em Cabo Delgado tem sido reiteradamente suscitada por Portugal, seja na interlocução com os parceiros internacionais – e em particular no seio da União Europeia – seja com as autoridades moçambicanas.

O conflito em Cabo Delgado constitui uma questão prioritária para a Presidência Portuguesa do Conselho da União Europeia, a qual tem, em instâncias diversas, sido objeto de discussões regulares e aprofundadas. A visita do Senhor Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros a Moçambique em representação, do AR/VP Josep Borrell, em janeiro último, bem como a carta da Ministra dos Negócios Estrangeiros e Cooperação de Moçambique, Verónica Macamo, solicitando apoio da UE em Cabo Delgado nas vertentes humanitária, de desenvolvimento e de segurança, têm guiado as discussões em instâncias várias do Conselho.

É disso exemplo o debate havido, a 15 de abril, no Grupo de Trabalho do Conselho da UE para Assuntos Humanitários (COHAFA), a que Portugal atualmente preside. Por iniciativa da Presidência, foram debatidos os impactos humanitários do conflito e sensibilizados os Estados-membros da UE para a necessidade de uma ação abrangente e urgente em Cabo Delgado, o que foi reiterado pelo Banco Mundial, Organização Internacional para as Migrações e Comissão Europeia, instituições cujos recursos se encontram no terreno a dar resposta às necessidades mais prementes das populações.

A Comissão Europeia, em particular, tem contribuído de forma significativa para assegurar que as necessidades do povo moçambicano são supridas. Após ter, em 2020, disponibilizado 14,6 milhões de euros para apoio humanitário a Moçambique (5 milhões de euros dos quais destinados à província de Cabo Delgado), a Comissão anunciou a 9 de abril a mobilização de 7,86 milhões de euros adicionais, desta feita integralmente direcionados para garantir ajuda humanitária em resposta ao conflito.

Para além disso, na sequência dos contactos havidos com as autoridades moçambicanas por ocasião da visita do Senhor Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros, incluindo a nível técnico para definir os termos de cooperação UE-Moçambique, as instituições europeias elaboraram um *Political Framework for Crisis Approach* (PFCA) propondo um conjunto de ações a empreender pelos Estados Membros da UE, tendo por base o triplo nexo humanitário/desenvolvimento/segurança. Este documento foi alvo de discussão no Comité Político e de Segurança do Conselho da UE no final de março, tendo sido endossado. Os Grupos de trabalho do Conselho analisaram opções concretas para uma possível missão no quadro da Política Comum de Segurança e Defesa da UE, que foram endossadas pelo Comité Político e de Segurança do Conselho da UE no passado dia 5 de maio.

Ao longo dos últimos meses, Portugal tem vindo a mobilizar os seus parceiros europeus com vista ao lançamento de uma Missão de Formação da UE (EUTM) focada no treino de forças especiais moçambicanas, bem como ao fornecimento de equipamento às Forças Armadas e Defesa de Moçambique através do Mecanismo Europeu de Apoio à Paz.

Na sequência de contactos políticos ao mais alto nível entre Portugal e Moçambique iniciou-se uma missão de formação e capacitação das Forças Armadas de Defesa de Moçambique em operações de contraterrorismo, focada na preparação de forças de reação rápida. A formação é destinada essencialmente a forças especiais (Fuzileiros e Comandos) e será efetuada por cerca de 60 militares nacionais. Esta ação de formação é parte integrante do próximo Programa-Quadro da Cooperação Bilateral no domínio da Defesa (2022-26) e é enquadrada pelo Acordo de Cooperação Bilateral no domínio da Defesa assinado em 2012.

Tanto a missão bilateral como uma futura missão da UE incluirão uma forte componente de formação em matéria de Direitos Humanos e de Direito Internacional Humanitário, bem como um particular enfoque na Agenda "Mulheres, Paz e Segurança".

REPÚBLICA
PORTUGUESA

GABINETE DO MINISTRO DE ESTADO
E DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

Concomitantemente, Portugal continua a apoiar e encorajar a liderança dos parceiros africanos nesta questão, nomeadamente da SADC. Esta reuniu a sua Dupla Troika no passado dia 8 de abril, tendo decidido a mobilização imediata de uma missão técnica para. A Reunião Ministerial UE-SADC, que deverá realizar-se durante o primeiro semestre deste ano, constituirá igualmente uma oportunidade-chave para promover a complementaridade entre uma futura abordagem regional e as iniciativas levadas a cabo pela UE.

O Governo português continuará a envidar os seus melhores esforços para que a resposta providenciada a Moçambique e aos Moçambicanos esteja à altura da complexidade do desafio que enfrentam.

Com os melhores cumprimentos, pessoais

A Chefe do Gabinete

Indira Noronha

Indira Noronha

BJ/AM

Gabinete do Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros
Palácio das Necessidades, Largo do Rilvas, 1399-030 Lisboa, PORTUGAL
Tel.: 351 213946000. E-email: gabinete.ministro@mne.gov.pt
WWW.portugal.gov.pt